

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-532-7

DOI 10.22533/at.ed.327200511

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 02 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS

Silvana Lopes Mendonça Valentin

Solange Mendonça Lopes

Laura Jazmin Ledesma Martinez

DOI 10.22533/at.ed.3272005111

CAPÍTULO 2..... 18

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ESTADO DE ALAGOAS: DIFICULDADES E AVANÇOS

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3272005112

CAPÍTULO 3..... 30

LITERATURA EM LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REME DOURADOS-MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naura Rosa Pissini Battaglin Merey

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Claudia Marinho Carneiro Noda

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.3272005113

CAPÍTULO 4..... 40

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Eliza Terezinha Rupolo Woos

Celso Antonio Conte

DOI 10.22533/at.ed.3272005114

CAPÍTULO 5..... 56

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Marcília Maria Alves Chaves

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.3272005115

CAPÍTULO 6..... 71

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Mirella Epifânio Mesquita

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.3272005116

CAPÍTULO 7..... 85

USO PEDAGÓGICO DO SOROBAN: DISPOSITIVO MEDIADOR DOS PROCESSOS DE LETRAMENTO MATEMÁTICO DOS SUJEITOS CEGOS E VIDENTES

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso

Liz Leal Mota Capistrano

Lucimara Morgado Pereira Lima

Marta Martins Meireles

Nélia de Mattos Monteiro

Tháise Lisboa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3272005117

CAPÍTULO 8..... 98

UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

Janaína Schell dos Santos

Carla Sant'Ana Oliveira

Carla Luciane Blum Vestena

DOI 10.22533/at.ed.3272005118

CAPÍTULO 9..... 116

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO PARANÁ

Rosemeri Ruppel Stadler

Mariangela Deliberalli

DOI 10.22533/at.ed.3272005119

CAPÍTULO 10..... 131

ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA COMO IMPORTANTE ESPAÇO DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A VELHICE

Nádia Marota Minó

Eleusy Natália Miguel

Anmaly Natália Miguel Monteiro Gilbert

DOI 10.22533/at.ed.32720051110

CAPÍTULO 11..... 139

A “INCLUSÃO” DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO

SUPERIOR

Ozair Dias da Costa
Irongina de Fátima Silva

DOI 10.22533/at.ed.32720051111

CAPÍTULO 12..... 153

EVOLUCIÓN DE LA OPINIÓN SOBRE LA CIENCIA EN EL COLEGIO DURANTE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA OBLIGATORIA EN FUNCIÓN DEL GÉNERO

Jesús David León Olarte
Beatriz Robredo Valgañón

DOI 10.22533/at.ed.32720051112

CAPÍTULO 13..... 165

BASES PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM DEFASAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Dirce Charara Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.32720051113

CAPÍTULO 14..... 175

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS E ANSEIOS

Lucia Marcinek Kadlubitski

DOI 10.22533/at.ed.32720051114

CAPÍTULO 15..... 188

O CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivando Amancio da Silva Junior
Aline Mesquita Lemos
Antônia Cristina Jorge
Antônia Kelina da Silva Oliveira Azevedo
Dayana Alves da Costa
Eronildo de Andrade Braga
Leilson Lira de Lima
Lucimar Camelo Souza
Germana Maria Viana Cruz
Givanildo Carneiro Benício
Roberto Wagner Junior Freire de Freitas
Samuel Ramalho Torres Maia

DOI 10.22533/at.ed.32720051115

CAPÍTULO 16..... 200

INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIENCIAÇÃO “DISCENTE ~ DOCENTE ~ APRENDENTE”

Anderson Rodrigues Ramos
Priscila Tamiasso-Martinhon
Angela Sanches Rocha
Célia Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32720051116

CAPÍTULO 17.....211

O DESAFIO DA ESCOLA FRENTE ÀS DROGAS: CONTRIBUIÇÃO DO PADRE PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.32720051117

CAPÍTULO 18..... 224

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PSICOMOTRICIDADE: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES NO CONVÍVIO COM AS DIFERENÇAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Rubens Venditti Júnior

Paulo César Cadima Júnior

Milton Vieira do Prado Júnior

Súsel Fernanda Lopes

DOI 10.22533/at.ed.32720051118

CAPÍTULO 19..... 255

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051119

CAPÍTULO 20..... 267

TRANSTORNO DEPRESSIVO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Lysete de Assis Bastos

Gian Carlos Rodrigues do Nascimento

Adriana Reis Todaro

Jorge Andres Garcia Suarez

Freddy Seleme Mundaka

Sara Roberta Cardoso da Silva Carvalho

Daniglayse Santos Vieira

Elizabeth Francisco dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051120

CAPÍTULO 21	277
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL LÚDICO NO ENSINO SOBRE A ANATOMIA DA GENITÁLIA FEMININA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Leonardo Alves da Silva Palacio	
Roselaine Terezinha Migotto Watanabe	
Rafaela Cabral Belini	
Camila Marins Mourão	
Renata Lopes da Silva	
Bruna Louveira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051121	
CAPÍTULO 22	280
INCLUSÃO LABORAL DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - CAMPUS ESTRUTURAL	
Priscila de Fátima Silva	
Paulo Coelho Dias	
Francisco de Assis Póvoas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051122	
CAPÍTULO 23	287
A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
Iana Crusoé Rebello Horta	
DOI 10.22533/at.ed.32720051123	
CAPÍTULO 24	300
A INCLUSÃO DO ALUNO NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DA LEGITIMAÇÃO DO DIA DA FAMÍLIA	
Carolina Ferreira Pereira	
Lara Ribeiro do Vale e Paula	
DOI 10.22533/at.ed.32720051124	
SOBRE O ORGANIZADOR	305
ÍNDICE REMISSIVO	306

CAPÍTULO 4

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 08/10/2020

Eliza Terezinha Rupolo Woos

Universidad San Lorenzo – Unisal
Foz do Iguaçu – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8492037693582721>

Celso Antonio Conte

Universidad San Lorenzo – Unisal
Foz do Iguaçu – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7201476551067582>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar e comparar para melhor entender as diferenças e semelhanças relacionadas aos conceitos de integração e inclusão de pessoas com necessidades especiais nos sistemas de ensino e na sociedade como um todo. Através da pesquisa bibliográfica busca-se saber o grau de importância da participação da família do membro afetado num trabalho em conjunto às escolas e professores na busca das melhores soluções aos problemas existentes. Os direitos à educação e à inclusão são garantidos pela legislação brasileira e determina que todas as crianças devam ter acesso à escola comum, observando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do aluno exigem outras formas de acolhimento, mas abrangendo os portadores de transtornos do espectro do autismo (TEA). Ainda que um conjunto considerável de pesquisas indiquem os benefícios provenientes decorrentes da inclusão desses indivíduos, esta temática ainda desperta

preocupação e insegurança principalmente quanto à capacidade das escolas e o preparo do corpo docente para oferecer resposta adequada às exigências de crianças com TEA. A metodologia da pesquisa configurou-se como pesquisa qualitativa, centrada na revisão bibliográfica sobre estudos de caso e relatos de experiência sobre o autismo e formas de inclusão de alunos com essa deficiência. Assim analisando como é desenvolvido e abordado o tema e demonstrando soluções possíveis para a inclusão de alunos com autismo em escola regulares como previsto no Projeto de Lei nº 8035/2010, aprovado em 28 de maio de 2014, que tem como texto-base Plano Nacional de Educação e disposto na Lei Berenice Piana n. 12.764/ 2012.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar; Integração; Autismo Infantil.

AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD): INTEGRATION AND INCLUSION IN LEARNING

ABSTRACT: This article aims to analyze and compare to better understand the differences and similarities related to the concepts of integration and inclusion of people with special needs in education systems and in society as a whole. Through bibliographic research, we seek to know the degree of importance of the participation of the affected member's family in working together with schools and teachers in the search for the best solutions to existing problems. The rights to education and inclusion are guaranteed by the Brazilian legislation and determines that all

children must have access to the common school, observing the cases of exceptionality in which the student's needs require other forms of reception, but covering those with spectrum disorders of autism (ASD). Although a considerable set of researches indicate the benefits arising from the inclusion of these individuals, this issue still raises concern and insecurity, especially regarding the capacity of schools and the preparation of the teaching staff to offer an adequate response to the demands of children with ASD. The research methodology was configured as a qualitative research, centered on the bibliographic review on case studies and experience reports on autism and ways of including students with this disability. Thus, analyzing how the theme is developed and approached and demonstrating possible solutions for the inclusion of students with autism in regular schools as foreseen in the Law Project nº 8035/2010, approved on May 28, 2014, whose base text is the National Plan Education and provided for in the Berenice Piana Law n. 12,764 / 2012.

KEYWORDS: School Inclusion; Integration; Child Autism.

1 | INTRODUÇÃO

A problemática da educação da pessoa com deficiência já vem se estendendo ao longo dos anos e está relacionada diretamente com a exclusão e abandono, desse modo as crianças que estão matriculadas nas escolas, que apresentem alguma necessidade especial, para que esteja incluída realmente na comunidade escolar precisa de um atendimento educacional especializado que o ajude no processo de aprendizagem.

Diante disso, este artigo foi desenvolvido a partir de pesquisas sobre o esclarecimento do papel do atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas de ensino regular, assim cabe a realização de uma análise de como as leis que amparam as crianças que necessitam desse acompanhamento, em seguida a quem realmente deve favorecer este atendimento, bem como a sua função: apoiar, complementar e suplementar.

Procura-se abordar a temática da inclusão escolar com foco para a inclusão de alunos portadores de Transtorno do Espectro do autismo (TEA) tendo em vista a necessidade hoje de uma adequação no projeto pedagógico das unidades escolares visando o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, e a incorporação dos recursos indispensáveis para auxiliar nesta formação. Sendo ainda tímidas as iniciativas de inclusão de pessoas com TEA nas escolas brasileiras cabem fazer alguns apontamentos, reflexões e análises a respeito da presença desses educandos, em escolas regulares, e a popularização do paradigma da inclusão.

A compreensão de que a criança autista necessita de diagnóstico adequado para obter ajuda que possa permitir que ela adquira conhecimentos mínimos que lhes permita viver e conviver em comunidade. No entanto, o autismo para muitos

profissionais da educação ainda é uma incógnita a ser decifrada para permitir que a aprendizagem dos alunos autistas seja alcançada.

Entretanto, observa-se que o desconhecimento sobre a síndrome e a carência de estratégias pedagógicas específicas pode acarretar poucos efeitos na aprendizagem desta população. O autismo é um distúrbio de espectro que não é detectado facilmente, no entanto é necessário que tal como em casos de pessoas com deficiência, a criança autista seja diagnosticada e tratada, pois ela necessita de atendimento especializado, este tipo de distúrbio necessita tanto de tratamentos terapêuticos quanto de realizar estímulos motores que lhes permita lidar com a sua deficiência e possa impulsionar o desenvolvimento de suas potencialidades. Neste aspecto a educação especial possui uma importância fundamental de contribuir no atendimento e desenvolvimento destas crianças.

É notória a essencialidade de se desenvolver recursos pautados em conhecimentos específicos que possam assistir os alunos autistas em suas necessidades comportamentais, emocionais ou sociais, para que se possam obter meios de integrar as pessoas no ambiente escolar.

O conhecimento dos diferentes aspectos da inclusão entre os educadores permite que estes adquiram conhecimentos necessários para promover a inserção social de alunos que apresentam déficits de aprendizagem e distúrbios intelectuais sérios como é o caso do autismo.

Assim, o objetivo do estudo é analisar a inclusão e a integração de alunos com Distúrbios Autísticos do contato afetivo e outros problemas que venham dificultar a aprendizagem.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Integração e inclusão

O entendimento e o comprometimento da sociedade vem evoluindo significativamente o tratamento e o olhar voltado para as pessoas com necessidades especiais. O estudo e uma melhor compreensão deste tema estão sendo de fundamental importância para a convivência harmônica e a valorização daqueles que têm seu desenvolvimento comprometido. Uma boa preparação das escolas e professores e a participação da família também são indispensáveis na busca de soluções para a problemática da exclusão de portadores de necessidades especiais.

A reflexão a respeito da integração e inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes educacionais e sociais é um fator primordial e deve ser realizado por toda a sociedade, pois não é mais possível ocultar nos lares os portadores de deficiência afastando-os de outros sujeitos.

Atualmente, a sociedade convive com transformações que visam à

integração e a inclusão de pessoas com deficiência através da valorização física, intelectual e emocional como meio de privilegiar o diferencial humano de cada indivíduo. É importante compreender que as pessoas possuem capacidades individuais que necessitam ser desenvolvidas por meio de um processo educativo. Neste aspecto é importante considerar que a formação e a preparação dos educadores contribuem para o desenvolvimento de ideias e encaminhamentos diferenciados que se apresentam como solução nas questões, tanto teóricas quanto metodológicas voltadas para a integração e a inclusão. No entanto, o educador não pode incumbir-se sozinho deste processo, é importante que a escola, a família e a sociedade se incumbam de desenvolver políticas educacionais que permitam realizar projetos de incentivo a estas ações (PEREIRA, 2014, p.3).

Segundo Mitter (2003), considera-se que o desenvolvimento de parcerias entre diferentes segmentos da sociedade é fundamental para se realizar projetos com objetivos que privilegiem aspectos práticos e metodológicos de qualidade para a integração e a inclusão de pessoas deficientes proporcionando a evolução do potencial individual, respeitando o tempo e as diferenças para promover a acessibilidade e os meios necessários ao desenvolvimento da autonomia, considerando que sejam garantidos os direitos das pessoas deficientes, pois a integração é um processo contínuo e inacabado.

Todo indivíduo tem direito à escola, sendo dever da família e do estado prover para que todos tenham acesso ao conhecimento, assim a família precisa encaminhar o aprendiz, mesmo que seja portador de necessidades especiais. Cabe ao professor estar atento às especificidades de aprendizagem de cada indivíduo, pois há uma variedade de comportamentos diferenciados, o que exige encaminhamentos diferenciados, individuais e que permitam a possibilidade de aprender a cada um dos educandos participantes do processo. Assim o aprendiz pode superar dúvidas, incertezas, satisfazer curiosidades, levando-os a aprender a seu modo e ao seu tempo.

Para Defendi (2008), a parceria entre a família e a escola contribui para o êxito na execução dos projetos educacionais, para alcançar os objetivos estabelecidos, pois a presença da família alimenta o processo com informações, demonstrando envolvimento, comprometimento e empenho em relação à inclusão de seu membro especial, pois este necessita dessas ações para desenvolver-se emocional e intelectualmente, nos aspectos cognitivos e físicos de forma a se tornar autônomo e agente ativo na sociedade. Neste aspecto, torna-se fundamental esclarecer a família de que a educação especial é uma modalidade que visa atuar sobre as deficiências de forma a oportunizar a potencialização das capacidades que o aluno possui e com isso evita a exclusão do aprendiz no processo de aprendizagem, o que proporciona a cidadania plena de cada um na família, na sociedade e na escola. O

desenvolvimento destes projetos de apoio são ofertados em horário de contra turno, com atendimento realizado por profissionais especializados.

Segundo Mantoan (1997), a deficiência não se apresenta incapacitante, também não gera impossibilidade de aprender, especialmente se há uma relação entre a família, a escola e a comunidade que tenha como objetivo preparar a pessoa deficiente para conviver em uma sociedade justa e igualitária que possa garantir o respeito aos direitos de cada um. Neste aspecto, o olhar humanizado do educador, a organização do trabalho escolar em atividades coordenadas que permitam realizar ações conjuntas que ampliem as possibilidades de alcançar objetivos comuns respeitando as individualidades.

Dessa forma, explica a relevância da necessidade de se romper a clássica separação entre os que pensam e os que fazem, pois assim podem ocorrer avanços na capacitação dos professores de modo que possam pensar, buscar e distinguir as informações e a tomada de decisão na aplicação das políticas educativas. Entretanto, a educação especial vem se ampliando e evidenciando a necessidade de se cumprir as leis, assim é mister realizar a formação e qualificação dos educadores de forma permanente a fim de aplicar na prática os conhecimentos construídos a respeito desta modalidade educacional. É importante compreender e valorizar a atuação do professor, pois dele é a missão de conhecer as diferenças educativas de cada aluno especial para adequar o currículo às possibilidades de aprendizagem de forma a tornar o processo verdadeiramente inclusivo e integrador.

Os métodos desenvolvidos na aprendizagem especial precisam promover a acessibilidade ao conhecimento por meio de recursos, suportes adequados às necessidades individuais dos alunos, sem deixar de suplementar e complementar com atividades diferenciadas e inclusivas. Assim a adaptação dos currículos devem propor alternativas que busquem o sucesso no desenvolvimento integrador e inclusivo de cada aluno.

Nas últimas décadas muito se tem estudado a respeito da educação especial considerando duas vertentes baseadas na integração e inclusão, porém há uma distinção nestas definições. Enquanto a inclusão se apresenta como uma definição ampla que indica a inserção total e incondicional, a integração promove a inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, tendo como pressuposto que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência, e que estas podem ser incorporadas no ensino regular sempre que suas características permitirem.

Em 2012, entrou em vigor a Lei Berenice Piana 12.764/ 2012 que em seu art. 4º§2º da citada lei determina que em caso da criança com autismo ter necessidades de acompanhamento para a aprendizagem, cabe ao poder público determinar um professor especialista para acompanhá-lo em suas atividades escolares.

§ 2o Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3o da Lei no 12.764, de 2012 (BRASIL, 2012).

É necessário compreender que a educação é direito universal de todas as pessoas independente de ser portador de necessidade e escolarização especial ou não.

2.2 Aprender a viver juntos

A Conferência Mundial de Educação, em 2001, foi dedicada aos conteúdos e métodos de educação necessários para a promoção da vida em comunidade, por considerar que viver juntos exige sensibilidade à natureza do desafio comum, o que é fundamental na vida de todas as pessoas, portanto é importante desenvolver a capacidade de definir as aptidões necessárias para viver juntos, adotando valores e métodos para nortear tais aptidões. Outro fator fundamental é relacionar a demanda das instituições de ensino com o conjunto de práticas e valores sociais, assim pode-se relacionar as instituições educacionais com os novos sistemas de comunicação e informação, que em tese, são os responsáveis pela elaboração dos conteúdos e métodos da educação para a vida social. Sendo assim, compreende-se que “*aprender a viver juntos*” é uma maneira de compreender a solução de conflitos e o respeito às diferenças (UNESCO, 2002).

O ser humano é social por excelência e não consegue sobreviver sozinho, sem a ajuda e o cuidado de outro ser de sua espécie. Desde o nascimento, existem cuidados específicos que podem garantir a sobrevivência, tais como a higiene, a alimentação e a saúde. O direito à vida tornou-se um direito universal e tem como premissa a responsabilidade dos genitores sobre a vida das crianças.

O ser humano está em constante transformação com relação a sociedade, a cultura, a natureza e até mesmo nós próprios, expondo nossos pontos de vista (opinião) contribuindo, modelando, adaptando as políticas educacionais. Ao buscar viver com dignidade, divide-se o mundo entre pobres e menos pobres ou com algum poder aquisitivo maior. A pobreza gera incerteza a cada dia sobre se será possível suprir as necessidades básicas da família (alimentação, vestuário, saúde, educação, etc), assim a pobreza não abre expectativa dos direitos humanos, gera a desigualdade entre poder ou não poder, fala-se muito de condição, porém, na realidade é a sociedade que influencia a educação (MELERO, 2002).

Atua-se em um campo político, e as políticas visionárias decidem as questões sociais, econômicas e culturais para os povos sem esperança e que almejam um

futuro digno e, apenas os que vivem em paz sobreviverão no século XXI (igualdade, direitos humanos contra violência) (UNESCO, 2002)

As decisões mais complexas e menos transparentes apresentam consequências irreversíveis, pois desconsideram de maneira cruel as pessoas que não tem moradia, saúde, educação, alimentação, segurança, enfim levar uma vida digna como todos. Os sindicatos, igrejas, partidos políticos, associações, já não influenciam a busca da igualdade. Desenvolvem-se novos modelos de organização não governamentais nacionais e internacionais que influenciam o mundo político. A geração política usa os meios de comunicação abordando exageros e/ou omitindo fatos (CARVALHO, 2004).

A sociedade vive em média oitenta anos, em que cada ser humano vivencia inicialmente, o crescimento e a educação, um segundo ciclo em que trabalha e produz e, por fim, a aposentadoria. No entanto, o conceito de conviver é chegar a viver juntos entre pessoas distintas de seu convívio social, sem os riscos da violência e com a expectativa de aproveitar de maneira fértil as diferenças. Entretanto, o desafio da convivência é considerado como um desafio de tolerância, que exige que sejam respeitados aspectos como a diversidade e esta encontra sua manifestação mais clara na ausência de violência.

Os avanços científicos promovem o desenvolvimento na prevenção de doenças e controle do envelhecimento, o que conduz as classes privilegiadas a alcançar os cem anos. Há vários sistemas em apoio social aos aposentados, deficientes e aos jovens, candidatos ao primeiro emprego, de forma voluntária mantidas por cooperação e solidariedade. Assim, será necessária uma reorganização nas estruturas na vida pós-moderna, pois um terço da população tem mais de sessenta anos de idade, ampliando o número de aposentados, o que onera o sistema previdenciário.

Neste aspecto, o conhecimento sempre foi valorizado no sentido de aperfeiçoar e investir para o campo de trabalho, produção ou serviços. A sociedade organiza o desenvolvimento do conhecimento em dois grupos: a elite (dominadores) e os marginalizados. O conhecimento está vinculado à tecnologia, solucionando problemas e a tomada de decisões. As novas formas de conhecimento agilizam a apropriação e a prática das informações adquiridas (MENEZES, 2005).

A sociedade é complexa, sendo que a tecnologia e o conhecimento crescem com riscos ao meio ambiente, e em contrapartida, cada indivíduo busca soluções para os problemas apresentados, uma vida digna requer educação cidadã, o que se torna objeto de estudo internacional de novos currículos e formação de professores.

Em uma pesquisa realizada pela Associação Internacional para Avaliação do Rendimento Educacional (IEA) foram discutidas questões relacionadas ao papel dos jovens na sociedade com relação aos direitos cívicos e responsabilidade

social. Esta pesquisa evidenciou questões relacionadas ao conhecimento cívico e o comportamento jovem para com ações realizadas em sua comunidade. A análise destes dados resultam na elaboração de diretrizes educacionais focadas na democracia, identidade nacional, coesão social e diversidade (FACION, 2008).

A democracia se consolida quando os cidadãos escolhem seus dirigentes e se tem um maior número de instituições para a população e quando estes têm o direito de se expressar, entretanto a democracia se delimita quando as pessoas de alto poder interferem no governo, políticos exercem pressão sobre a justiça e quando o povo é proibido de expressar críticas sobre o governo (PAN, 2008).

Pode-se entender a democracia como o poder que emana do povo e a sociocracia como o poder social, no entanto, quando se trata de pessoas especiais, ou seja portadoras de necessidades especiais, muitas vezes estas se tornam invisíveis e não são respeitadas ou inseridas socialmente em seus próprios direitos.

Cabe aos adultos a tomada de decisões no campo político, a obediência às leis, realizar atividades que promovam os direitos humanos, a preservação do meio ambiente e a vivência em comunidade. A eficácia da educação está presente nas experiências cotidianas dos alunos em escolas, e ajuda a avaliar o sentido da educação. Muitos jovens não se sentem atraídos pela democracia entre adultos politicamente comprometidos, e são marcados pelo sofrimento com o racismo e o preconceito étnico, de gênero, ou mesmo a exclusão por ser portador de necessidades especiais (MENEZES, 2005).

Portanto a educação cívica enfatiza um compromisso em fazer parte das decisões que implicam cidadania, obedecer às leis, votar, discutir políticas ou aderir a um partido político e fazer parte de ações que promovam direitos humanos, meio ambiente e beneficiem a comunidade. É importante educar as pessoas para contribuir para o bem estar social e promover a paz.

Neste aspecto, é importante considerar que os jovens precisam refletir e conhecer os princípios ideológicos que conduzem para a inclusão social e educacional de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois muitos cidadãos que embora pareçam normais, possuem déficit intelectual, o qual não permite que o sujeito desenvolva conhecimentos pedagógicos por métodos convencionais, demandando maior empenho dos educadores e conhecimento de meios e métodos educativos que promovam a inclusão destes indivíduos (PAN, 2008).

2.3 Autismo

O autismo vem sendo amplamente estudado nas últimas décadas e a busca por soluções para integração social das crianças autistas, muitas vezes acontece como um tiro no escuro, pois os conhecimentos sobre o tratamento adequado à criança com espectro autista ainda esbarram na diversidade de sintomas, que

muitas vezes, confunde médicos, psicólogos e educadores.

Ao buscar a definição de Autismo Infantil o primeiro conceito que surge é de Leo Kanner, em 1942, que o descreve como “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, em que destaca os aspectos do auto isolamento, comportamentos obsessivos, estereotípias e ecolalia. Mais tarde em outro trabalho em 1956, descreve o quadro clínico que o compõe como uma “psicose”, devido ao fato de não ser possível, através de exames clínicos e laboratoriais, identificar a origem e os fatores que desencadeiam a doença, diferenciando-o dos quadros deficitários sensoriais, assim resta-lhe incluí-lo no espectro das psicoses. É em 1976 que esta concepção começa mudar com Ritvo e Freedman e passa a ser relacionado como um distúrbio do desenvolvimento associado a um déficit cognitivo e não uma psicose (LEBOYER, 1995).

Atualmente para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o autismo é descrito como quadro iniciado antes dos três anos de idade e com preponderância em indivíduos do sexo masculino dentro da categoria “distúrbios abrangentes de desenvolvimento”. Sendo as três principais características percebidas nas crianças com autismo, no geral, dificuldade ou mesmo a ausência de interação social; inabilidade para dominar a linguagem para comunicar-se ou interpretação imagens simbólicas e comportamento repetitivo sistemático havendo em diferentes níveis de acordo com extensão do comprometimento da doença, como o quadro mais leve, a síndrome de Asperger que foi descrita em 1944 por Hans Asperger, caracterizado por manter habilidades intelectuais preservadas, não há comprometimento da fala e da cognição, linguagem tendendo ao formalismo, foco exagerado da atenção envolvendo temas incomuns; indo para formas graves em que a criança demonstra comportamento agressivo antissocial e elevado retardo mental (SCHWARTZMAN, 1995).

O portador de espectro autista necessita de um diagnóstico médico para que seja compreendida a extensão e o grau de seu autismo, pois é importante compreender o alcance e a gravidade dos sintomas, uma vez que já se sabe que os sintomas podem variar amplamente. A maioria dos portadores de autismo apresentam sintomas comuns que incluem dificuldade de comunicação tanto para expressar suas ideias, quanto para compreender as ideias das outras pessoas, da mesma forma o portador de autismo apresenta dificuldade em promover interações sociais nem mesmo com as pessoas de sua convivência diária ou familiar, pode ocorrer transtornos obsessivos e a prática de movimentos repetitivos.

A criança portadora de autismo, que também é classificada com transtorno global do desenvolvimento, poderá ser beneficiada, se desde cedo for diagnosticada e estimulada da forma correta. Retomando as análises, também se pode pensar que os desafios a vencer devem ter como focos os benefícios a estes alunos, e porque

não dizer, o enriquecimento da diversidade na sala de aula e para a sociedade do futuro (BRANDE; ZANFELICE, 2012).

Como em muitos casos de pessoas com deficiência, a criança autista necessita de atendimento especializado, para fins terapêuticos ou estimulação motora, e também para que possa entender como lidar com a sua deficiência e a desenvolver suas potencialidades. Sem descartar a importância da educação especial e sua contribuição na área para melhor atender estas pessoas, tanto nas necessidades comportamentais, emocionais ou sociais, hoje da mesma forma, a sociedade brasileira busca meios de integrar as pessoas com deficiência (SZABO, 1995).

Mas algumas questões são imprescindíveis e demandam uma análise delicada quando abordamos o tema da inclusão escolar de alunos com autismo. A escola, algumas vezes, buscando o progresso social, age como mecanismo disciplinador, de seleção e capacitação dos mais qualificados a uma boa conduta social, justamente o oposto de ser inclusiva. Sabemos que uma educação inclusiva neste contexto não é tarefa fácil, e a dedicação de professores ao atendimento dos alunos normais muitas vezes está no limite do possível. Ainda assim é plausível buscar alternativas que permitam qualificar e apoiar aos professores nesta “missão” (SCHWARTZMAN, 1995).

Pessoas autistas podem apresentar comportamento agressivo quando são contrariadas, porém nem todas apresentam os mesmos sintomas, por isso pode ocorrer automutilação, choro, falta de contato visual, gritos, hiperatividade, imitação involuntária dos movimentos de outra pessoa, impulsividade, irritabilidade, movimentos repetitivos, repetição de palavras sem sentido, repetição sem sentido das próprias palavras ou repetição persistente de palavras ou ações.

A criança autista pode apresentar atraso na fala e dificuldade de aprendizagem, o processo cognitivo é afetado pela baixa capacidade de atenção, porém também pode acontecer um interesse muito intenso por um número limitado de coisas.

Existem sintomas psicológicos que as crianças autistas apresentam tais como: depressão, indiferença para com as emoções de outras pessoas. O distúrbio de fala é comum, ou mesmo, a total perda da fala. Geralmente estas crianças andam na ponta dos pés, são ansiosas, não demonstram empatia com as pessoas, mas possuem muita sensibilidade ao som, especialmente música e muitos apresentam gestos involuntários ou tiques que repetem seguidamente.

São muitas as formas utilizadas para a inclusão e adaptação de crianças com autismo, e algumas medidas são mais efetivas do que outras, mas para uma ação efetiva sempre haverá a necessidade do acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. Dentro desta perspectiva o atendimento deve dispor de fonoaudiólogos, professores de educação física com capacitação em

psicomotricidade que poderá ser complementada com o auxílio de um psicólogo que utilize uma abordagem através da terapia de Análise Comportamental Aplicada (*Applied Behaviour Analysis*) (LEBOYER, 1995).

Outro aspecto de relativa importância quando falamos de educação inclusiva é a possibilidade prática vivenciada pelos alunos, com o convívio de alunos “especiais”, como a cooperação, a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. Assim, um professor preparado, visando a integração social em classe irá indicar em seu planejamento propostas que contemplem as atividades de colaboração e trabalhos cooperativos formando um grupo em sala de aula integrado (PAULON, 2005).

Quanto ao lado humano é importante destacar que na fase da vida que compreende a infância ocorrem amadurecimentos emocionais e psicológicos que é também bastante característico de todas as crianças. Levando-se em consideração esses aspectos o próprio convívio com outras diferentes (normais) deve estimular de maneira positiva o aluno autista. Os pais, que também não devem ficar esquecidos desta integração, podem participar criando no lar e no cotidiano desta criança autista as rotinas e sistemáticas que vão encorajá-lo neste desenvolvimento social e intelectual (SZABO, 1995).

Assim a inclusão escolar pode desempenhar um papel pleno e ativo no contexto regular da escola ou da pré-escola. Sobre como a educação inclusiva e o treinamento de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo devam ser organizados observando os múltiplos casos possíveis em uma combinação de abordagens incluindo o construtivismo social. As características de crianças com TEA variam amplamente e a intervenção deve ter como base o conhecimento sobre desenvolvimento, aprendizagem e o autismo em geral, assim como informações sobre a criança e seu ambiente proximal ou sua realidade familiar. Muitas crianças com TEA precisam de educação individualizada, mas a participação em atividades em grupo e eventos conduzidos pela criança é um elemento essencial da verdadeira inclusão (BRANDE; ZANFELICE, 2012).

Ora, não se trata de inserir fisicamente este ou aquele aluno nesta ou naquela turma do ensino comum. É preciso que se considere o risco de expor esse indivíduo a uma situação similar à vivida em espaços segregados, com a diferença de estar presente no espaço físico das salas regulares sem estarem, nelas, verdadeiramente integradas. Desta forma temos a responsabilidade de propor a todos, vivenciar a inclusão na aprendizagem para o que a intencionalidade educativa, assim como a prática pedagógica, sejam revistas e aprimoradas, adequando-se às características pessoais do aprender e do participar (PAULON, 2005).

No ideal democrático de que todos os alunos tenham acesso, ingresso e permanência com êxito, em escolas de boa qualidade é indispensável centrar seu projeto político-pedagógico em torno de atividades de aprendizagem, iguais para

todos, com seu objetivo voltado para o desenvolvimento global do educando, entendido como cidadão, com deveres e com direitos. Pois se não for assim, alunos que apresentem algum grau de dificuldades na aprendizagem poderão ser percebidos, pelos educadores, como limitados e incapazes, devido às representações sociais acerca de diferenças significativas nas características biopsicológicas ou nos estilos de aprendizagem (PAULON, 2005).

Essa concepção poderá induzir à simplificação e à banalização das atividades propostas, conferindo-se maior ênfase às habilidades motoras e relacionais, na falsa suposição da impossibilidade desses alunos desenvolverem competências cognitivas e sociais.

2.4 Atendimento educacional especializado

Segundo a lei da Constituição Federal de 1988, o art. 205 que prevê o direito de todos a educação, prevê o atendimento educacional especializado, exigindo mudanças para as escolas comuns especiais; independente da sua classe social, gênero, religião ou deficiência. A escola deve se renovar, esquecer a tradicionalidade, onde só se pensa nas crianças ditas “normais” e se adaptar para que este ambiente seja adequado para receber crianças com necessidades especiais e seja acolhedor para que as mesmas se sintam valorizadas e haja uma troca de experiências entre elas, enriquecendo o processo educacional.

A resolução do CNE-CEB n.2/2001 institui as diretrizes nacionais para educação especial na educação básica com base na LDB, orientando as escolas a matricular todos os alunos, e a partir daí equipar a escola para suprir as necessidades educacionais dos mesmos.

Entende-se que para que essa inclusão aconteça a mudança deve partir da gestão maior, com atitudes concretas como: capacitação continuada dos professores bem como, estruturar o ambiente educacional de acordo com a necessidade dos alunos e ainda os recursos pedagógicos necessários. Cabe ressaltar a importância do AEE – Atendimento Educacional especial, no contra turno para que a criança seja o maior beneficiado, este trabalho deve ser uma parceria, com isso o aluno terá uma melhor socialização, desenvolvimento, e uma vida social com dignidade. Não sendo para o auxílio do professor de sala, que encontra dificuldade em trabalhar com esses alunos (CARVALHO, 2010).

O AEE serve para apoiar, complementar e suplementar o ensino comum. O atendimento do AEE não podendo ser realizado na escola regular, deverá ser realizado na classe hospitalar ou na residência do aluno de acordo com suas necessidades ou mesmo nas escolas especiais. Este tipo de atendimento, não deve substituir a escola, mas a escola deve preparar salas de recursos, cabe a secretaria de educação analisar a necessidade de cada aluno e com isso será destinado um

número X de alunos para a professora, sendo um pequeno grupo ou individualmente se necessário.

A organização da sala deve suprir as necessidades e objetivos que o professor quer alcançar com esses alunos. O professor deve ter formação específica, com aprofundamento em áreas específicas na educação especial e deve participar de todo o processo pedagógico anual, do aluno especial e dos alunos que o cercam, pois precisam fazer reuniões com os professores da sala, com os pais e para orientar os mesmos e mantê-los informados sobre suas necessidades bem como seus progressos alcançados (CARVALHO, 2010)

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da integração e inclusão de pessoas com deficiência, tanto na sociedade, quanto nos meios escolares apresenta-se como uma questão a ser resolvida por diversos setores da sociedade organizada ao mesmo tempo. Professores, escolas, famílias e estado precisam atuar em conjunto para buscar um maior êxito nos projetos desenvolvidos em prol dos integrantes sociais especiais.

A inclusão exige que a escola de ensino regular seja adaptada para receber e trabalhar com os alunos com deficiência, o que acarreta uma ruptura com o modelo tradicional de ensino. Em contrapartida a integração privilegia o aluno portador de necessidades educativas especiais, dividindo com ele a responsabilidade da inserção social, essa integração é mais individualizada, enquanto a inclusão é coletiva.

O atendimento educacional especializado (AEE) tem sido compreendido pelas professoras de sala como uma espécie de “muleta” de forma errônea pois apresenta uma ideia de que a professora de AEE é a única responsável pela aprendizagem daquela criança, sendo que na verdade este é o papel da professora do ensino regular, e o AEE vem a ser um apoio especializado ao trabalho da mesma.

É preciso que o professor compreenda que o AEE é uma ferramenta para beneficiar o aluno com necessidades especiais, de modo que estas dificuldades sejam trabalhadas e suas qualidades é que venham a ser evidenciadas. Diante dos estudos analisados constatou-se que a presença de alunos com autismo, em escolas regulares, abrange o paradigma da inclusão e, possivelmente a extinção das escolas especiais.

Neste aspecto é importante destacar que a inclusão não precisa ser compreendida como uma dicotomia entre inclusão/exclusão, classes especiais ou salas regulares. Não pode se tratar simplesmente de garantir a matrícula e conseguir um lugar numa turma. Jamais devemos perceber as questões que surgirão como inimigas da inclusão escolar.

Toda essa prática vem agregar e diversificar as expectativas da sociedade, das famílias, dos alunos e de toda a comunidade escolar, gerando, direta ou indiretamente, no dia a dia das salas de aula novos aprendizados inclusive aos educadores exercendo o direito de aprender e de participar. Assumir uma prática educacional inclusiva é o primeiro passo dessa importante caminhada. Noutras palavras, não há fórmulas prontas, não há receitas, não há protocolos, nem mesmo uma forma certa de inclusão escolar. É preciso construir coletivamente novos caminhos para que ela se consolide.

Observa-se que os educadores devem examinar a questão, analisando-a em seus pontos e contrapontos, sempre em busca da boa qualidade das respostas educativas das escolas. Para tanto, de um lado, há que remover as barreiras invisíveis (atitudes) e visíveis (arquitetônicas), melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e das relações de alunos com o saber, além da articulação entre as políticas públicas para o enfrentamento e criação da pluralidade de funções que a vida moderna acrescentou à escola.

Na proposta escolar inclusiva, a avaliação de alunos, professores, do processo ensino aprendizagem é uma constante. Os êxitos e as dificuldades de todos são analisados pela ótica do coletivo, do processo educacional, sendo assim, neste caminhar descobrem-se as dificuldades, procura-se refletir sobre elas e antes de tudo aprender com todo o processo. E o olhar do professor precisa deslocar-se da patologia do sujeito, buscando conhecer sua modalidade de aprendizagem, sua forma de comunicação, seus desejos e também suas dificuldades. Não é possível que o professor limite sua atuação pedagógica porque o aluno tem “esta ou aquela deficiência”.

A deficiência é uma situação de vida que, ainda que constituindo um estado permanente, não deve definir os atributos do indivíduo. Ou seja, é importante sim, saber o que apresenta o aluno em termos de necessidades especiais e este conhecimento não deve servir para o engessamento das práticas pedagógicas e nem levar o professor a esquecer que por trás de uma necessidade especial há um sujeito capaz de aprender.

É preciso refletir sobre o fato de que, na tentativa de inclusão, muitas vezes, se coloca todos os alunos numa mesma categoria de aprendizagem, generalizando o processo, em detrimento das necessidades educacionais especiais de cada indivíduo. Portanto incluí-los não significa igualá-los, mas dar a eles o direito de ter ingresso e permanência no ensino regular para uma educação com qualidade, atendendo suas necessidades, desafiando suas possibilidades e desenvolvendo suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- BRANDE, Carla A., ZANFELICE, Camila C. **A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens.** Revista Educação Especial. Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/3350/3099>>. Acesso em: 04 jan. 2015.
- BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.** Brasília-DF: DOU, 2012. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12764. Acesso em: 05.10.2020.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2010.
- DEFENDI, Sanches TM, ARALDI A, ARIANI E. **A inclusão começa em casa: família e deficiência visual.** 1 ed. São Paulo. Fundação Dorina Novill para cegos, 2008.
- FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.
- HANZE, Amelia. **Integração ou inclusão?** Disponível em <http://educador.brasil.escola.uol.com.br/trabalho-docente/integracao.htm>. Acesso em 01/02/2018.
- LEBOYER, Marion. **Autismo infantil: fatos e modelos.** Campinas: Papius, 1995.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro. wva, 1997.
- MELERO, M. L. **Diversidade e cultura: uma escola sem exclusões.** Espanha: Universidade de Málaga, 2002.
- MENEZES, Isabel. **De que falamos quando falamos de cidadania?**, in C. 2005.
- CARVALHO, F. SOUSA e J. PINTASSILGO (eds.), **A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar.** Porto: Porto Editora, 2005.
- MITTER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre. Artmed, 2003.
- OMOTE, Sadao. **Portal de periódicos UFSC, Normalização, integração, inclusão....** Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/download/1042/1524>. Acesso em 01/02/2018.
- PACHECO, J. (org.). **Caminhos para inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva.** Curitiba: IBPEX, 2008.

PAULON, Simone Mainieri et al. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PEREIRA, Nubia Natalia Alves. **A inclusão do aluno com deficiência mental na disciplina de geografia: Um estudo de caso na escola estadual de aplicação no ensino fundamental de Iporã**, Goiás. UEG, 2014.

SCHWARTZMAN, José Salomão et al. (org). **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 1995.

SZABO, Cleusa Barbosa. **Autismo em questão**. São Paulo: Magart, 1995.

UNESCO. **Aprender a viver juntos: educação para a integração da diversidade** / tradução de José Ferreira – Brasília : UNESCO, IBE, SESI, UnB, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ábaco 85, 86, 92, 93, 94, 96, 97

Acessibilidade 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 29, 32, 43, 44, 83, 102, 109, 113, 121, 122, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 227, 234, 235, 247, 256, 257, 261, 263, 266, 290

Adolescentes 3, 6, 16, 24, 63, 134, 135, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 213, 216, 217, 219, 220, 275, 283, 286

Alfabetização 36, 59, 60, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 288, 299, 305

Altas habilidades e superdotação 175, 176, 184, 185, 186

Aluno com deficiência 55, 115, 144, 178, 201, 206, 207, 257

Âmbito social 300

Aprendizagem profissional 280, 281, 282, 285

Aprendizagem significativa 62, 78, 84, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 297, 298

Atendimento educacional especializado 10, 29, 41, 51, 52, 97, 109, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 143, 148, 152, 207, 260, 266

Autismo 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16, 17, 29, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 98, 100, 105, 106, 107, 113, 115, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 296, 299

Autismo infantil 40, 48, 54, 55

B

Baixa visão 86, 87, 90, 121, 140, 145, 147, 259, 260

Bullying 140, 147, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cegueira 86, 87, 90, 121, 145, 146, 259, 260, 261

Ciências da natureza 256

Comunicação 2, 11, 13, 14, 33, 35, 36, 45, 46, 48, 53, 91, 98, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 121, 238, 241, 243, 245, 246, 260, 261, 285, 288, 289, 290, 293, 295, 297

Conteúdos atitudinais 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80

Currículo 19, 30, 33, 35, 39, 44, 54, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 102, 107, 119, 121, 132, 133, 140, 149, 161, 163, 201, 202, 216, 272

Currículo escolar 19, 54, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 133, 216

D

Declaração de Salamanca 19, 23, 27, 104, 120, 129, 151, 175, 177, 265

Dia da família 300

Diversidade 6, 8, 9, 10, 22, 26, 33, 34, 37, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 60, 77, 81, 103, 104, 105, 110, 111, 120, 135, 136, 137, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 186, 196, 208, 224, 225, 227, 230, 231, 233, 235, 241, 246, 248, 251, 288, 292, 295, 302

Drogas 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 243, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 274, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305

Educação especial 10, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 54, 55, 87, 89, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 141, 143, 144, 151, 177, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 204, 224, 226, 231, 232, 250, 253, 256, 264, 266, 287, 288, 292, 294

Educação inclusiva 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 49, 50, 54, 87, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 125, 127, 128, 129, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 203, 209, 233, 234, 237, 247, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 292, 294, 298, 303

Educação infantil 3, 12, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 99, 144, 150, 151, 237, 252

Educação superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17

Educación secundaria 153, 154, 155, 164

EJA 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Ensino-aprendizagem 31, 38, 53, 92, 98, 207, 273, 274, 303

Ensino superior 3, 4, 6, 15, 16, 17, 69, 99, 139, 140, 148, 149, 150, 151, 173, 204, 273, 305

Envelhecimento 46, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Escola 6, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 40, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 63, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 91, 94, 96, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 147, 148, 149, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 227, 235, 248, 249, 252, 253, 257, 263, 264, 265, 266, 271, 281, 295, 299, 301, 302, 303

Evolución 153, 155, 157, 158

F

Formação de professores 9, 23, 28, 39, 46, 60, 85, 103, 112, 142, 186, 201, 207, 231, 232, 253, 266, 305

Formação humana 77, 79, 81, 82

Formação inicial de professores 165

G

Gênero 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

H

História 19, 29, 58, 70, 73, 78, 99, 100, 112, 116, 117, 120, 130, 139, 151, 171, 208, 211, 229, 231, 232, 251, 253, 266, 268, 272, 288, 292, 296, 301, 303

História da inclusão de deficientes 19

I

Inclusão 1, 5, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 68, 69, 79, 85, 88, 90, 91, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 126, 129, 130, 139, 141, 144, 151, 165, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 238, 241, 242, 243, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 271, 280, 281, 282, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Inclusão de deficientes 18, 19, 25, 26, 177, 255, 259

Inclusão escolar 18, 29, 40, 41, 49, 50, 52, 53, 54, 115, 121, 126, 129, 200, 203, 205, 209, 253, 257, 261, 288, 289, 291, 292, 298, 299

Integração 11, 24, 27, 40, 42, 43, 44, 47, 50, 52, 54, 55, 67, 113, 142, 144, 151, 178, 179, 202, 226, 227, 243, 264, 282, 283, 284, 292

Inteligência emocional 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 84

Intergeracionalidade 131

J

Jovem aprendiz 280, 281, 282, 285

L

Libras 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 88, 108, 109, 110, 235, 236, 253, 261

P

Paraná 1, 40, 98, 105, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 142, 211

Permanência 4, 6, 8, 10, 11, 14, 50, 53, 56, 57, 58, 62, 65, 67, 68, 69, 99, 114, 169, 182, 202, 203

Políticas públicas 1, 3, 4, 5, 13, 14, 38, 53, 115, 118, 120, 130, 132, 138, 139, 148, 151, 175, 206, 247, 282, 283, 290

Prática pedagógica 38, 39, 50, 86, 166, 169, 172, 173, 179, 222, 288

Prevenção 46, 189, 194, 197, 198, 199, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 238, 273

Profissão docente 16, 37, 39, 287, 288, 289, 296

Projeto extracurricular 30, 31, 33, 38

Proposta pedagógica 26, 31, 77, 82, 84, 165, 166, 169, 171, 172, 173

Q

Qualidade de vida 132, 196, 231, 241, 251, 252, 253, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 278

S

Soroban 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

T

Trabalho docente 37, 98, 108, 114, 134, 180

Transtorno do espectro autista 1, 2, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 17, 45

Transtornos depressivos 267, 268, 270, 271, 272, 273, 276

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 